

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08430.000359/2025-95

2. Descrição da necessidade

Trata-se de processo destinado à contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica para atender a unidade da SR/PF/RS localizada na **Avenida Ipiranga, 1365, bairro Azenha, no Município de Porto Alegre/RS**, imprescindível ao funcionamento das instalações e ao bom andamento das atividades realizadas naquela localidade, em razão de seu caráter de serviço essencial.

A necessidade da contratação advém dos motivos a seguir:

- 1) PORTARIA SEGES/MGI N.º 1.769, DE 25 DE ABRIL DE 2023, a qual, dispôs, em seu Art. 5º, o seguinte:

***Art. 5º** Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

***Parágrafo único.** Os contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados com vigência por prazo indeterminado deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2026. (NR)*

- 2) A revisão periódica da demanda contratada constatou que a atual (fixada em 330 kW) precisa ser readequada para um valor mais próximo do uso atual da edificação. A revisão indicou que uma demanda contratada de 355 kW teria resultado em uma economia aproximada de aproximadamente R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) ao longo dos período avaliado (últimos 12 meses). Houve uma revisão no valor apontado originalmente no DFD (economia de R\$ 22.500,00), em razão de correção dos dados originalmente analisados.

- 3) O Ofício 446 DLOG/PF (SEI-PF N° 38902527) que recomendou a todas as unidades realizar as contratações de energia elétrica por inexigibilidade (ou seja, através do "mercado regulado") até que sejam finalizados os estudos da comissão de avaliação sobre a vantajosidade de adesão ao mercado livre de energia.

Portanto, por ser necessária a revisão contratual, haja vista a economia vislumbrada, opta-se pela revisão contratual no presente momento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/RS	CARINA MARIA BELLO DE CARVALHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Legais:

- **Contrato de Concessão N° 081/99 - ANEEL**, para distribuição de energia elétrica que celebraram a União e a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, e os seus respectivos aditivos.
- **Lei n. 14.133 de 1º de abril de 2021**, que dispõe normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- **Decreto n. 9.507, de 12 de setembro de 2018**, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- **Instrução Normativa SLTI/MP n. 05/2017**, dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não.
- **Portaria SEGES/MGI N.º 1.769, de 25 de abril 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Resolução ANEEL N° 1000, de 7 de dezembro de 2021**, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

Requisitos Gerais:

- Fornecimento de energia elétrica, serviço essencial para o funcionamento das atividades laborais das unidades beneficiadas com a contratação, cuja interrupção comprometeria a continuidade das atividades funcionais tanto das áreas de apoio e meio, bem como, finalísticas.
- A medição da energia fornecida, em todos os seus parâmetros, a ser efetuada por meio de equipamento de medição pertencentes e instalados pela concessionária, na unidade consumidora, de acordo com suas normas e padrões.
- Cumprimento, por parte da distribuidora, dos requisitos de qualidade de energia previstos no PRODIST - Módulo 8.
- Cumprimento, pelas partes envolvidas, dos normativos técnicos da ABNT e da distribuidora relativos aos campos técnicos correspondentes.

5. Levantamento de Mercado

Conforme pesquisa no site da ANEEL (link para o contrato: <https://antigo.aneel.gov.br/documents/10184/15062864//Contrato+de+Concess%C3%A3o.pdf> - acessado em 08/03/2025), o único contrato vigente com distribuidora de energia elétrica no Município de Porto Alegre/RS é o Contrato de Concessão Nº 081/99 - ANEEL, firmado com a concessionária Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) que, com o advento do Quarto Termo Aditivo (link para o aditivo: <https://antigo.aneel.gov.br/documents/10184/15062864//Quarto+Termo+Aditivo.pdf> - acessado em 08/03/2025), **tem vigência até 07/07/2045**.

De forma complementar, o Quinto Termo Aditivo ao Contrato em questão (link para o aditivo: <https://antigo.aneel.gov.br/documents/10184/15062864//Quinto+Termo+Aditivo> - acessado em 08/03/2025) passou o controle social da CEEE-D à EQUATORIAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sendo, portanto, esta a empresa que atualmente presta os serviços de distribuição de energia elétrica dentro do Município de Porto Alegre/RS.

A unidade consumidora em questão já existe (**UC 44399839**), porém seu contrato atual foi firmado com lastro na Lei Nº 8.666/1993, sendo, portanto, necessária uma recontração, nos termos do Art. 5º da PORTARIA SEGES/MGI Nº 1.769/2023.

Esta unidade pertence Grupo A, ou seja, é conectada ao sistema elétrico da concessionária em tensão maior ou igual a 2,3 kV. Este tipo de unidade se caracteriza pela necessidade de celebração de dois contratos, sendo um deles obrigatório (denominado Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD) e outro que pode, em tese, ser fruto da escolha do consumidor entre duas possibilidades: o Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) ou o Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (CCEAL).

A principal diferença entre a opção entre os contratos CCER e CCEAL, no âmbito do serviço público, é a necessidade ou não de realização de licitação para a celebração do contrato. No CCER a contratação é por inexigibilidade, visto que se contrata o fornecimento de energia junto à própria distribuidora, ao passo que no CCEAL, a contratação de energia é feita junto a um fornecedor distinto, que oferecer o melhor lance em um pregão eletrônico.

Atualmente, na Polícia Federal, estão vigentes as orientações contidas no Ofício 446 DLOG/PF (SEI-PF Nº 38902527), que recomenda a todas as unidades da Polícia Federal que se realize as contratações de fornecimento de energia elétrica por meio de inexigibilidade junto às distribuidoras locais, uma vez que a Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/CGPLAM/SLOG/PF) está conduzindo um estudo para verificar a viabilidade de se aderir ou não ao ambiente de contratação livre.

Portanto, a presente demanda possui caráter de contratação por inexigibilidade, nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

A solução envolve a contratação de fornecimento de energia elétrica por meio de um **Contrato de Compra de Energia Regulada – CCER** e da conexão ao sistema de distribuição da concessionária por meio de um **Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD**, ambos junto à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), empresa que detém contrato de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Porto Alegre/RS junto ao Poder Concedente (União).

Estes contratos envolverão as seguintes características:

- **Subgrupo Tarifário**: A4;
- **Modalidade Tarifária**: Horário Verde;
- **Potência Instalada na Unidade Consumidora**: 1250 kVA;
- **Demanda Contratada de Consumo**: 355 kW (única);
- **Modalidade de Energia Elétrica Contratada**: pelo total medido.

Tais características, afora a demanda contratada de consumo (que será modificada para melhor adequação ao atual padrão de uso da edificação), permanecem inalteradas em relação aos contratos CUSD e CCER vigentes.

O serviço a ser contratado se enquadra como atividade acessória à atividade principal do Órgão, todavia, essencial para a consecução desta.

O serviço a ser fornecido (fornecimento de energia elétrica em média tensão) é padronizado, por definição, pela Resolução Normativa ANEEL N° 1000, de 7 de dezembro de 2021, bem como pelo contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica que a concessionária possui junto àquela agência reguladora e pelos contratos de adesão CUSD e CCER da concessionária.

Desta forma, o item CATSER 1627 (Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Regulado), que representa o serviço a ser contratado no catálogo de serviços padronizados da Administração Pública Federal, já tem sua padronização definida nos instrumentos destacados no parágrafo anterior.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Será contratado junto à distribuidora, por tempo indeterminado:

- Através do CCER, o montante de energia mensal necessário para o funcionamento das instalações elétricas da Unidade Consumidora 44399839, situada à Avenida Ipiranga, nº 1365, bairro Azenha, no Município de Porto Alegre/RS.
- Através do CUSD, o montante de 355 kW (trezentos e cinquenta e cinco quilowatts) relativo à rubrica "demanda contratada", ou seja, um acréscimo de aproximadamente 7,6% no montante atualmente contratado. Esta correção se faz necessária em razão de o valor médio da demanda aferida mensalmente ter se elevado nesta proporção no último período avaliado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 925.000,00

O valor estimado corresponde à previsão anual de custos com consumo de energia, demanda e tributos, ou seja, um custo anual de aproximadamente **R\$ 925.000,00**, correspondendo a um custo mensal de aproximadamente **R\$ 77.083,33**. Se chegou a estes valores através de uma avaliação mais aprofundada nas faturas obtidas entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024 para a UC 44399839.

A contratação será **por tempo indeterminado**, na forma do Art. 109 da Lei 14.133, de 2021.

Metodologia de Cálculo das Provisões

O total gasto com esta UC foi de **R\$ 883.533,42**. Com a correção da demanda contratada para 355 kW (valor médio aproximado das demandas aferidas 2024), estimou-se uma economia de aproximadamente R\$ 9.500,00 por ano.

Esta estimativa foi obtida comparando-se o custo total com demandas (aferida, não-aferida e ultrapassada) em 2024 (onde a demanda contratada foi de 330 kW) e o mesmo custo total com demandas caso a demanda contratada fosse 355 kW.

Os dados são apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Dados Comparativos.

Mês /Ano	Demandas (kW)			TUSD (R\$/kW)			Total (R\$)		Diferença
	Aferida	Não Aferida	Ultrap.	Normal	Isenta	Ultrap.	c/ Demanda Contratada de 330 kW	c/ Demanda Contratada de 355 kW	
01 /2024	451,20	0,00	121,20	40,2364	33,3962	80.4727	27.907,95	25.815,65	- 2.011,82
02 /2024	393,60	0,00	63,60	39,3471	32,6581	78.6942	20.491.96	18.445,91	- 1.967,35
03 /2024	422,40	0,00	92,40	39,1225	32,4717	78.2449	23.755.16	21.720,80	- 1.956,12
04 /2024	403,20	0,00	73,20	39,5538	32,8296	79.1075	21.738.74	19.681,95	- 1.977,69
05 /2024	393,60	0,00	63,60	39,7914	33,0269	79.5828	20.723.37	18.654,21	- 1.989,57
06 /2024	249,60	80,40	0,00	39,5526	32,8286	79.1051	12.511.74	13.365,28	+ 820,72
07 /2024	307,20	22,80	0,00	39,1418	32,4877	78.2837	12.765.09	13.609,77	+ 812,20
08 /2024	230,40	99,60	0,00	40,6489	33,7386	81.2978	12.725.88	13.603,08	+ 843,47
09 /2024	249,60	80,40	0,00	41,4605	34,4122	82.9209	13.115.27	14.009,99	+ 860,31
10 /2024	326,40	3,60	0,00	40,3668	33,5044	80.7336	13.296.34	14.167,45	+ 837,64
11 /2024	384,00	0,00	54,00	38,6207	32,0552	77.2415	19.001.40	16.993,12	- 1.931,04

12 /2024	422,40	0,00	92,40	38,7213	32,1387	77.4427	23.511.59	21.498,08	- 1.936,07
TOTAL							221.544,55	211.949,24	- 9.595,31

Portanto, subtraindo-se do montante total dispendido em 2024 (R\$ 883.533,42) a economia prevista com o aumento da demanda contratada para 355 kW (R\$ 9.595,31), se chega a R\$ 873.938,11. Sobre este valor se aplica um fator de correção de 5,79% (IPCA-DI acumulado relativo ao período de janeiro e dezembro de 2024).

Desta forma se chega ao montante previsto de R\$ 924.539,12. E, por simplicidade, se arredonda tal valor para R\$ 925.000,00.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não é parcelável em razão do exposto no item "Levantamento de Mercado" deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não são necessárias.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Dados do PCA 2025

- Id pca PNCP: 00394494000136-0-000002/2025

- Data de publicação no PNCP: 12/04/2024

- Id do item no PCA: 279

- Classe/Grupo: 691 - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ATRAVÉS DE TUBULAÇÃO

- Identificador da Futura Contratação: 200372-40/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com esta contratação envolvem, além do prosseguimento do fornecimento de energia elétrica ao prédio que abriga a sede da Superintendência Regional da Polícia Federal, a redução no custeio da parcela de "demanda" nas faturas, através da correção do seu valor contratado, além da adequação dos contratos atuais ao previsto na Portaria SEGES/MGI N.º 1.769, de 25 de abril 2023.

13. Providências a serem Adotadas

Capacitação de servidores na verificação da adequação do valor de demanda contratado, de forma a manter o contrato com o valor de demanda contratada o mais próximo possível do seu valor ótimo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em um contrato de fornecimento de energia elétrica para uma unidade consumidora com o perfil de consumo anual de 1.066.894 kWh e demanda aferida média de aproximadamente 353 kW, caso da sede da SR/PF/RS, os impactos ambientais envolvidos estão, principalmente, relacionados à geração da energia consumida, que pode ter efeitos significativos dependendo da matriz energética utilizada para o fornecimento da energia consumida pela edificação.

Destaca-se que a escolha da matriz energética não cabe à parte contratante, de modo que apenas se pode orientar aos usuários da edificação o consumo consciente de energia.

A seguir se apresentam alguns dos impactos ambientais previstos para a contratação.

1. Impactos Ambientais Possíveis

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Impacto sobre a Biodiversidade;
- Impactos da Extração de Recursos Naturais;
- Poluição da Água e do Ar;

2. Sugestões de Medidas de Tratamento ou Mitigadoras

- **Eficiência Energética:** Investir em tecnologias mais eficientes para o uso da energia, como a implementação de sistemas de iluminação LED, equipamentos de ar-condicionado e motores mais eficientes, sistemas de automação e controle, pode reduzir o consumo total de energia elétrica e, consequentemente, os impactos ambientais associados.
 - **Benefício:** Redução do consumo de energia e, portanto, menor necessidade de fontes geradoras com impactos ambientais negativos.
- **Uso de Energias Descentralizadas:** A adoção de sistemas de energia descentralizada, como a geração própria de energia solar ou eólica, pode diminuir a dependência da rede elétrica centralizada, contribuindo para a redução do impacto ambiental associado à transmissão e distribuição de energia.
 - **Benefício:** Menor impacto no ambiente devido à geração local e reduzida necessidade de grandes infraestruturas.
- **Monitoramento Ambiental:** Adotar uma prática contínua de monitoramento ambiental, como o acompanhamento das emissões de GEE e da qualidade do ar e da água, pode ajudar a identificar e corrigir rapidamente qualquer problema ambiental que surja durante a execução do contrato de fornecimento.
 - **Benefício:** Garantir que os impactos ambientais sejam minimizados ao longo do tempo, com ações corretivas tempestivas.
- **Certificação Ambiental:** Buscar certificações ambientais, como ISO 14001 ou o selo de energia verde, pode garantir que a unidade consumidora adote boas práticas ambientais, comprometendo-se com a sustentabilidade.
 - **Benefício:** Fortalecer a imagem ambientalmente responsável da empresa, além de reduzir o impacto ambiental do seu consumo de energia.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Perante todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, entende-se como **viável** esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMUEL DE OLIVEIRA CARVALHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 31/03/2025 às 08:32:10.